



Boletim Semanal

Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

terça-feira • 16 de agosto • Ano V

Sindjus e Asmip conquistam audiência com o procurador-geral da República

A pós plantão em frente ao gabinete do Procurador, na tarde de ontem, dirigentes do Sindjus e da Asmip conseguiram marcar audiência com o procurador-geral Antônio Fernando para quarta-feira, dia 17, às 10h.

O plantão realizado em frente ao gabinete do procurador foi decisivo para a reunião ocorrida ontem na sede do Sindjus, na qual compareceram o presidente da Asmip, Máciel Rubens; os servidores Sebastião (PGR), Ricardo (PRR),

Jean Paulo (MPDFT); e os diretores do sindicato Roberto Policarmo, Ana Paula Cusinato, Antônio Costa e Valdir Ferreira.

Hoje acontecerá nova reunião, a partir das 11h, na sede do Sindjus, com a presença de representantes de todas as entidades do MPU para discutir o conteúdo da audiência de quarta, com o procurador-geral.

PCS

ENVIAR É PRECISO

Faça sua parte, mobilize-se!

Sindjus/DF

Todos pelo PCS do MPU Compareçam à assembléia no dia 18

O Sindjus convoca todos os servidores para assembléia decisiva nesta quinta-feira, dia 18 de agosto, na sede da Procuradoria Geral da República (PGR), a partir das 13h30.

Apesar de ter sido empossado em 30 de junho, o procurador-geral Antônio Fernando só agendou audiência ontem (15/8) de-

pois do Sindjus, da Asmip e de alguns servidores fazerem um plantão em frente ao seu gabinete.

Vamos analisar os resultados da audiência com o procurador-geral. E discutir as estratégias para agilizar a aprovação do PCS. Sua presença é fundamental!

Tramitação do PCS no Congresso

O assessor parlamentar do Sindjus, Antônio Augusto Queiroz, afirmou, ontem (15/8), à diretoria colegiada do Sindicato, que, apesar da crise, o momento é bom para se

enviar o PCS. "A aprovação dos projetos que tratam da remuneração de diferentes categorias: o aumento dos militares, o reajuste da polícia civil, o subsídio dos magis-

trados e membros do MPU e a inclusão na pauta de votação de agosto, em regime de urgência, do PCS da Câmara dos Deputados, só para citar alguns exemplos", disse.

Sindjus exige rapidez para o PCS do MPU

Na audiência com Antônio Fernando, a diretoria do Sindjus pretende discutir a finalização do projeto de revisão do PCS dos servidores do MPU e o imediato envio ao Congresso.

Os principais pontos de interesse dos servidores são:

Tabela

O Sindjus defende que nossa categoria tenha um salário compatível com a função que desempenha. Veja alguns exemplos de remuneração que defendemos:

Cargo	Vencimento	GAMPU	Total
Analista C15	R\$ 8.548,12	R\$4.274,06	R\$12.822,18
Analista A1	R\$ 5.580,52	R\$2.790,26	R\$ 8.370,78
Técnico C15	R\$ 5.413,10	R\$2.706,55	R\$ 8.119,65
Técnico A1	R\$ 3.533,87	R\$1.766,94	R\$ 5.300,81
Auxiliar C15	R\$ 3.427,85	R\$1.713,93	R\$ 5.141,78
Auxiliar A1	R\$ 2.237,82	R\$ 1.118,91	R\$ 3.356,73

Auxiliar do MPU

O Sindjus defende a volta do cargo de auxiliar para as atribuições relacionadas à execução de atividades que envolvem o recebimento, transporte e entrega de processos e expedientes, e a recepção e identificação do público externo, como forma de combater a terceirização dos serviços do MPU, um número de pessoas que chega a ser duas ou três vezes maior do que o de concursados.

Funções Comissionadas

As Funções Comissionadas de 1 a 6 serão exclusivas para os servidores do quadro do Ministério Público da União.

Direito de advogar

O Sindjus defende a não proibição do direito de advogar no novo PCS.

Adicional de qualificação

O Adicional de Qualificação será destinado aos servidores da carreira do MPU, portadores de títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, a serem estabelecidas em regulamento.

Regulamentação com a participação das entidades

O Sindjus defende a garantia da participação das entidades sindicais dos servidores na regulamentação do Plano.

Memória da luta pelo PCS

Até a vitória. Essa frase marcou a caminhada dos servidores do Ministério Público da União (MPU) em prol dos PCS, entre abril de 1997 e dezembro de 1999 e entre 2001 e 2002.

Foram momentos de muita discussão, negociação, paralisação, pressão e até greve por tempo indeterminado. A categoria encarou a luta ATÉ A VITÓRIA final, com muita determinação.

O Sindjus tem toda a história da categoria registrada em jornais e publicações especiais. E essa história comprova passo-a-passo o desenrolar das atividades da categoria em assembleias, nas passeatas, no Congresso Nacional e nas manifestações em frente à PGR.

A unidade da categoria e a confiança na direção do Sindjus são as duas principais características dos servidores do MPU quando assumem a batalha por melhores condições de vida e de trabalho. Com muita responsabilidade e engajamento, a luta não se esgota com a aprovação do PCS.

Os registros históricos mostram que a categoria mantém-se atenta e ativa em busca de seus direitos, enfrentando



Ato pelo PCS dos servidores do MPU, em frente a PGR, 5 de junho de 2002

os desafios impostos pela ausência de uma política salarial para os servidores públicos brasileiros.

Essa disposição de luta de cada um dos servidores levou a categoria a ter hoje uma situação funcional muito melhor do que no passado. Mas nada caiu do céu. A situação foi melhorando graças ao poder de mobilização demonstrada pela categoria aos legisladores e às administrações do MPU.

Novamente somos convocados a lutar pela recomposição das perdas salariais e pela manutenção do poder de compra dos nossos salários.

As administrações do MPU sempre tentam enrolar e só atuam quando são pressionados pela categoria. Agora, mais do que nunca, está na hora de resgatar a história e agir novamente: até a vitória, até conquistar o novo PCS.